

Valor Econômico, 25 de setembro de 2020

Corte agiliza voto, mas pode trazer novos impasses

Mercado vê riscos de que decisão sobre venda das refinarias seja encaminhada para o Congresso

Por: André Ramalho e Gabriela Ruddy

A intenção do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, de retomar já na próxima semana o debate sobre o modelo de venda das refinarias da Petrobras encerra o temor de que o julgamento fosse trancado por tempo indeterminado, com prejuízos para a continuidade das negociações em curso para alienação de ao menos duas unidades. O ambiente de insegurança jurídica em torno da quebra do monopólio no refino, porém, não está dissipado e pode ganhar novos contornos, a depender do resultado no STF.

No caso de um revés no Supremo, a Petrobras terá que sujeitar o seu plano de venda de refinarias ao Congresso, o que, por si só, já traz um cenário de incertezas para o processo. Junte-se a isso, o risco de que a Petrobras seja impedida de continuar com a venda dos ativos, num momento em que a estatal avança com as negociações para alienação das refinarias Landulpho Alves (BA), para o fundo Mubadala, e Presidente Vargas (PR) - disputada pela Ultrapar e Raízen.

Para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Hélder Queiroz, é possível que a votação seja breve. O entendimento no mercado é de que a Corte percebe a urgência das vendas para que a estatal reduza suas dívidas. “Quanto mais celeridade para definir essa situação, melhor”, disse Queiroz, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em um eventual encaminhamento do assunto para o Congresso, por outro lado, a probabilidade de que o fim do monopólio do refino atrase é maior. “Eu já considerava o calendário apertado [para conclusão da alienação das refinarias em 2021], mas [agora] há uma etapa a mais, num momento de pandemia e em um ano político que praticamente acabou por causa das

eleições municipais, seguidas do recesso e da eleição dos presidentes da Câmara e do Senado”, explica Queiroz.

Fonte envolvida nos planos de venda de ativos diz, sob a condição de anonimato, que a retomada do debate é positiva, ao propor dar clareza sobre a legalidade do processo de forma rápida. A percepção, contudo, é de que a discussão no Supremo é complexa e que há um elemento de incerteza adicional em relação à condição de voto do ministro Celso de Mello, que está afastado por licença médica. Sem o decano, há chances de empate na votação. O placar parcial é de três votos contrários à estatal.

“Que isso se encerre logo”, diz o diretor de relações empresariais da UTC, Telmo Ghiorzi, que vê na abertura do refino, imposta pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômico (Cade), uma chance de atrair investimentos para modernização e expansão das unidades. “A pior das hipóteses é que o assunto não ande [no STF] ou vá para o Congresso e fique muito tempo por lá”, afirma.

A especialista em energia do Souto Correa Advogados, Lívia Amorim, explica que a judicialização das privatizações é esperada, mas que um julgamento rápido trará maior segurança para os investidores. Ela lembra que a venda das refinarias impacta o mercado de gás natural, que também passa por uma liberalização. “Não creio que [o atraso nas vendas] afete a abertura do mercado de gás, mas traz incertezas sobre um volume significativo da demanda”, explica, em referência ao fato de que a troca de dono das refinarias abre perspectivas de diversificação de clientes para supridores de gás.

Link original: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/09/25/corte-agiliza-voto-mas-pode-trazer-novos-impasses.ghtml>